

CICLO DE DIÁLOGOS REGIONAIS EL NIÑO 2026/2027

RELATÓRIO ETAPA PRESENCIAL – MANAUS/AM

Identificação e Contexto

Data: 21/08/2026, sexta-feira **Horário:** 8h30 às 14h

Local: Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200. Campus universitário UFAM Bloco T Setor Sul.

Organização e condução: Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), pela Secretaria Nacional de Diálogos Sociais com apoio da Secretaria Nacional de Participação Social.

Objetivo: promover a escuta territorial e fortalecer o controle social das ações governamentais, integrando representações do governo federal e da sociedade civil na preparação e mitigação dos impactos climáticos decorrentes do fenômeno El Niño previsto para o período 2026/2027, e das mudanças climáticas.

Público participante: 120 pessoas

Entes de governo participantes: CEMADEN/MCTI, IBAMA, MDA, MDS, MIR, MS, SG/PR, SUFRAMA, UFAM.

Organizações da sociedade civil presentes: UFAM/PPGCASA; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Cáritas Arquidiocesana de Manaus; Instituto AMANA; IRI-Brasil; Vida Brasil; Coletivo Juntos!; Fórum das Águas AM; Fórum de Economia AM; Fórum de Participação Social AM; Rede GTA; Rede Psi; CONAQ Amazonas; MAB; Povos da Terra; Renovar Nosso Mundo; UNIVAJA (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari); CONSEA-AM; Comissão Intersectorial dos Igarapés de Manaus; Comissão Estadual dos Pontos de Cultura do Amazonas; Jesuítas Brasil; CNLB Norte I; Espaço Cultural UATÉ; Laboratório Vida Livre de Contaminação; ATMI.

Foi realizado em Manaus AM, em 21 de agosto de 2026, a segunda etapa dos Diálogos Regionais sobre o El Niño 2026/2027. Realizada na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a atividade reuniu representantes do governo federal, da universidade, de movimentos sociais e de povos indígenas para debater os riscos do fenômeno climático na região e ouvir, diretamente das comunidades, quais são as prioridades locais diante dos impactos associadas ao El Niño.

Abertura e Diagnóstico técnico

A mesa de abertura reuniu representantes do governo federal. A Coordenadora-Geral da DMD/SNDS/SG/PR Guta Torres, abriu a reunião, saudando os presentes e explicou sobre o andamento dos trabalhos e metodologia das atividades. Elisangela Broedel (CEMADEN/MCTI) apresentou as ferramentas de monitoramento e a metodologia de análise de dados sobre o El Niño, seus possíveis impactos na região amazônica,

especialmente sobre ondas de calor e sobre os recursos hídricos, mas que serão sentidos mais intensamente no ano de 2027. Participaram da mesa de abertura o Diretor do Centro de Ciências do Ambiente da UFAM – CCA/UFAM, André Luíz Mendonça, que destacou o papel da Universidade como o espaço plural de debates e diálogos. A sociedade civil foi representada por Laynara Cristina Leite Prestes do Rede GTA - Grupo de Trabalho Amazônico.

Governo federal: enfrentamento ao fenômeno

Após a abertura e apresentação do **CEMADEN**, a reunião tem continuidade com as falas das representações de governo presentes. O encontro teve sequência com o bloco de apresentações do governo federal sobre suas frentes de atuação diante do El Niño.

A Superintendência da **SUFRAMA** destacou que os impactos do El Niño afetam diretamente na economia da região amazônica; a seca afeta diretamente na agricultura familiar, população indígena; no mundo do trabalho e dos setores produtivos.

O **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS**, destacou o CADÚnico, o Bolsa Família e, após as enchentes no RS, foi criado um Comitê de Calamidades e Emergências Públicas, com protocolo de atendimento à população em situação de vulnerabilidade diante das emergências de calamidade; para o El Niño um Gabinete Extraordinário, com ações voltadas às respostas; proteção social por meio Sistema Único de Assistência Social, atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e desabrigadas com abrigamentos, acolhidas, equipe pós-SUAS; público prioritário: povos indígenas, povos e comunidades tradicionais; ação na área da segurança alimentar e nutricional, cozinhas solidárias e o PAA.

O **Ministério da Igualdade Racial** – MIR apresentou ações de combate ao racismo ambiental, e a Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SQPT); tem atuação no Plano Clima, e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Racismo Ambiental.

A Superintendência Estadual do **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Combate à Fome - MDA** destacou o Plano Safra.

O **Ministério da Saúde - MS** destacou o impacto econômico na região, e realizou diálogos sobre o El Niño em Parintins e Itaporã.

A Coordenação Regional da **FUNAI** destacou o desafio de fazer chegar os atendimentos aos povos indígenas em localidades remotas; deve-se pensar em soluções e alternativas para localidades de difícil acesso, o que encarece a logística.

A Superintendência Estadual **IBAMA** destacou a atuação na fiscalização e no combate a incêndios florestais, por meio do Prevfogo.

Perspectivas da sociedade civil: perspectivas da sociedade civil

Neste momento, os representantes da sociedade civil apresentam suas manifestações.

Movimento Indígena: ausência de políticas; povos indígenas querem outra maneira de solução; cesta básica e água se tornam moeda de troca no período eleitoral; 40% dos territórios indígenas não tem acesso à água, e isto não é devido ao El Niño, mas a irresponsabilidade do Estado que não consegue dar resposta ao problema num estado que possui a maior bacia hidrográfica; problemas de saúde e contaminação dos rios; problemas de produção de milho e mandioca, devido à seca.

O **Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB** destaca que o problema não é o El Niño, não é a natureza, é uma condição que veio antes da gente, o problema é o modelo de produção da nossa sociedade; agricultura familiar e agroecologia tem menos investimentos que o Agronegócio; entregou a “Carta-Manifesto da Audiência Popula sobre o Super El Niño”, e a “Moção Institucional da 1ª Conferência Livre dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS”.

A **Cooperativa de produtores rurais** informa que as prefeituras têm dificuldade em dialogar com os movimentos sociais.

Representantes da **CONAQ** e do **Fórum de Participação Social** também se manifestaram.

Diálogo em grupos traz as urgências do território amazônico

O debate em grupos destacou os impactos crescentes do fenômeno El Niño sobre as populações amazônicas, especialmente comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e demais povos tradicionais, evidenciando problemas relacionados à seca extrema, insegurança hídrica e alimentar, isolamento logístico, queimadas e degradação ambiental. Foram apontadas necessidades de fortalecimento das políticas públicas, da governança climática e do apoio direto às populações mais vulneráveis.

Recomendações Prioritárias

Garantir segurança hídrica e infraestrutura: construir tanques, poços e sistemas de abastecimento de água; implementar sistemas de energia solar em comunidades isoladas; melhorar as condições de transporte e logística para comunidades remotas.

Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico: ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); fortalecimento da economia solidária e do Programa Paul Singer; criação de política permanente de cesta básica regionalizada; inclusão de comunidades quilombolas produtoras no PAA; editais para OSCs atuarem em segurança alimentar durante emergências climáticas; implementar política permanente de cesta básica regionalizada; ampliar o PAA e outras ações de apoio à produção e ao abastecimento local.

Fortalecer a prevenção e o combate aos incêndios florestais: ampliação e estruturação de brigadas comunitárias de incêndio; fortalecimento do Manejo Integrado do Fogo (MIF); priorização de ações preventivas em áreas de maior risco.

Instituir uma governança permanente para a crise climática: criar comitês estaduais e locais de enfrentamento à crise climática; implantar um fórum permanente de monitoramento do El Niño; garantir controle social e transparência na aplicação dos recursos; ampliar a participação social nos conselhos e espaços de decisão.

Fortalecer a proteção dos povos e comunidades tradicionais: criar comitê gestor específico para povos e comunidades tradicionais; implantar Casas de Passagem para indígenas; ampliar a cobertura ao Cadastro Único para populações indígenas; fortalecer o apoio institucional e as políticas de proteção social aos povos e comunidades tradicionais.

Melhorar a infraestrutura e a resiliência das comunidades: expandir o uso de energia solar em áreas isoladas; apoiar o transporte e a logística comunitária; desenvolver políticas permanentes para atender populações em situação de isolamento.

Promover desenvolvimento sustentável e geração de renda: fortalecer a economia solidária e a agricultura familiar; criar linhas emergenciais de crédito, irrigação e transporte fluvial; implementar mecanismos de suplementação financeira para famílias vulneráveis; criação de linha emergencial de irrigação no PRONAF; implantação de seguro-defeso para a agricultura familiar; crédito para aquisição de pequenos meios de transporte fluvial (rabetas); redução da dependência de atravessadores e fortalecimento da produção local.

Aprimorar a comunicação e a educação climática: desenvolver plano de comunicação acessível e territorializado; informar a população sobre riscos climáticos, direitos e canais de acesso às políticas públicas e responsabilidades dos entes públicos; ampliação da conscientização ambiental e do acesso à informação para comunidades vulneráveis.

Fortalecer a gestão ambiental e de resíduos: intensificar o combate ao desmatamento, queimadas e extração ilegal de madeira; implantar coleta seletiva, implantação da logística reversa e ampliação da coleta seletiva e inclusão dos catadores nas políticas de enfrentamento à crise climática; fortalecimento de ações contínuas de educação ambiental

Síntese Geral

As propostas apontam para a construção de estratégias integradas de **adaptação climática na Amazônia**, baseadas na **segurança hídrica e alimentar, combate às queimadas, fortalecimento da participação social e da governança climática, proteção dos povos e comunidades tradicionais, políticas públicas permanentes de resiliência territorial, geração de renda sustentável, comunicação de riscos e gestão ambiental**. Essas ações buscam reduzir os impactos do El Niño e aumentar a capacidade de resposta das populações amazônicas diante dos eventos climáticos extremos.

Comunicação / Cobertura da Imprensa

- ASCOM/SG/PR: <https://adobe.ly/4g8Zzkk> - Obs.: as fotos não podem ser postadas em nenhuma plataforma, site ou rede social.
- <https://www.instagram.com/p/DcR74ddRGcq/?igsi=ZGx2aHI0d2Z3czlk>
- <https://portalunico.com/governo-lula-traz-debate-sobre-el-nino-e-a-seca-para-manaus/>
- <https://bncamazonas.com.br/municipios/el-nino/>
- <https://www.youtube.com/watch?v=K-ahzdZgKAg> : Chamado da Sec. Kelli para o evento – Band Manaus
- <https://www.youtube.com/live/03eQCEHpP0Q?si=ZTeluOQGgcHe1KW->
- <https://globoplay.globo.com/v/14890110> Minuto28